

XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXV ENANCIB

GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação

DESVELAR O PATRIARCADO: IDEAS SOBRE PAPEL DO CONHECIMENTO EM UMA TEORIA FEMINISTA MARXISTA

UNVEILING PATRIARCHY: IDEATIONS ON THE ROLE OF KNOWLEDGE IN A MARXIST FEMINIST THEORY

Ana Maria Mendes Miranda – Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Adriana Rosecler Alcará – Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: este trabalho investiga o papel do conhecimento, sob a perspectiva da Epistemologia Social, em uma teoria feminista marxista. A partir de uma pesquisa exploratória, com revisão narrativa da literatura, baseada na seleção intencional de obras do feminismo marxista, da Epistemologia Social e do marxismo, conclui-se que o conhecimento, como construção coletiva e historicamente situada, é fundamental à práxis transformadora. No feminismo marxista, ele permite desvelar formas de alienação e possibilita a apropriação teórico-política necessária à superação da divisão social do trabalho e das estruturas materiais que sustentam o capitalismo patriarcal.

Palavras-chave: conhecimento; feminismo; epistemologia social.

Abstract: this study investigates the role of knowledge, from the perspective of Social Epistemology, within a Marxist feminist theory. Based on an exploratory research, with a narrative literature review, it draws on the intentional selection of works from Marxist feminism, Social Epistemology, and Marxism. The findings indicate that knowledge, understood as a collective and historically mediated construct, is central to transformative praxis. In Marxist feminism, it enables the unveiling of alienation and provides the theoretical-political tools necessary to overcome the social division of labor and the material structures that sustain patriarchal capitalism.

Keywords: knowledge; feminism; social epistemology.

1 INTRODUÇÃO

A visão materialista da história não nos deu, é verdade, respostas prontas à questão das mulheres, mas nos deu algo melhor: o método correto e preciso de estudo e compreensão da questão (Klara Zetkin, 1984, p. 51)

Em uma sociedade marcada pela exploração e pela opressão, a desigualdade sobre as mulheres remonta a épocas tão antigas quanto os próprios registros do conhecimento conseguimos lembrar. Com o desenvolvimento do capitalismo, o patriarcado, assim como o racismo, se convertem em aliados indispensáveis para a exploração e a manutenção do *status quo*. É nesse

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

contexto, que a dominação sobre as mulheres se apresenta como aspecto indivisível das estruturas sociais que preservam a apropriação da força de trabalho para acumulação de capital.

Apesar das relações inseparáveis que mantém e são mantidas pelo sistema político econômico vigente, a socióloga Feminista Marxista Heleith Saffioti (1987) argumenta que homens e mulheres não ocupam as mesmas posições na sociedade. Tanto a identidade social do homem, quanto da mulher, é construída por meio da atribuição de diferentes papéis, os quais a sociedade espera que sejam cumpridos pelas diferentes categorias de sexo, delimitando, dessa maneira, em quais pontos a mulher deve atuar, e quais deles são atuação do homem. Para autora, neste processo de divisão sexual do trabalho, ancorado em argumentos tais como da “natureza feminina”, à mulher é delegado o cuidado com a casa e com os filhos, geralmente, trabalho esse, não remunerado, e esse aspecto pode ser interpretado como fundante do patriarcado na atualidade.

Mesmo com a centralidade do trabalho nesta compreensão, Ana Amélia Martins (2015) assinala que além dos aspectos fundantes que são intervenientes às forças materiais, os aspectos informacionais se apresentam como um recurso e fator marcante no que tange às lutas de movimentos políticos e sociais feministas na atualidade.

No modelo de produção atual, o acesso à informação e ao conhecimento é sistematicamente negado a determinados grupos da sociedade, e entre eles, as mulheres ocupam um lugar central. A posição subalterna que lhes é atribuída no processo produtivo, somada à desvalorização do trabalho reprodutivo e de cuidado, bem como à predominância de estruturas patriarcais, dificulta ainda mais sua aproximação dos saberes culturais, filosóficos e científicos acumulados pela humanidade. Nesse contexto, tanto a informação, quanto o conhecimento se apresentam como relevantes nas definições de poder e desigualdade da sociedade contemporânea.

Sobre o conhecimento, o compreendemos neste escrito a partir da Epistemologia Social, ou seja, como um fenômeno que vai além da cognição individual, envolvendo processos coletivos e sociais. Que não se limita à experiência direta do indivíduo, mas também pode ser adquirido por meio de registros acumulados ao longo do tempo. Jonathas Silva (2014) reforça essa ideia ao afirmar que a construção do conhecimento ocorre a partir das experiências históricas e sociais, o que implica em um caráter dinâmico e intersubjetivo. Isso significa que o conhecimento não é apenas um acúmulo de informações, mas um processo contínuo de interpretação e ressignificação coletiva da realidade.

Esses registros, compostos por símbolos culturais e linguísticos, possibilitam que um indivíduo compreenda aspectos do mundo que estão além de sua vivência imediata. Dessa forma, o conhecimento se estabelece tanto pela experiência direta quanto pela mediação de signos por

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

meio dos registros do conhecimento, permitindo que os seres humanos construam uma síntese intelectual de seu ambiente (Egan; Shera, 1952). Além disso, o conhecimento não é um elemento isolado, mas sim o resultado da interação entre diversos saberes individuais dentro de um contexto social. Segundo Jesse Shera (1977), ele passa por um processo de filtragem baseado em valores e convenções da sociedade, sendo reconhecido como significativo por meio de consensos culturais. Desta maneira, o conhecimento é a ação em torno do registro de tudo o que a sociedade sabe sobre si mesma e seu mundo, incluindo aquilo que o organismo social aprendeu, tais como seus valores, sua história, sua cultura, suas imagens e sua realidade.

Podemos identificar, nesse sentido, que a concepção de conhecimento proposta pela Epistemologia Social não apenas reflete a percepção do mundo, mas também influencia a forma como os indivíduos e grupos interagem e evoluem dentro de seu contexto social. Assim, considerando que as questões materiais é que são centrais ao feminismo marxista, mas que o conhecimento desempenha um papel fundamental na maneira como os sujeitos compreendem coletivamente a realidade, levantamos a seguinte questão: que papel cumpre o conhecimento em uma teoria feminista marxista? Tendo em vista esta questão, o objetivo do trabalho é investigar o papel do conhecimento, sob a perspectiva da Epistemologia Social, em uma teoria feminista marxista.

Para investigar esta questão, realizamos uma pesquisa exploratória¹ na qual foram selecionados textos considerados representativos pelas autoras, sobre feminismo marxista, que abordam o conhecimento sob a perspectiva da Epistemologia Social e demais textos marxistas, que contribuem para a compreensão do conhecimento nesse contexto. A seleção desta bibliografia possibilitou a elaboração de uma revisão narrativa da literatura, com o objetivo de construir uma base inicial para entender o papel do conhecimento nas teorias do feminismo marxista, de forma que este escrito não tem intenção de apresentar todas as obras que versam sobre estas temáticas, mas estabelecer reflexões iniciais que abram caminho para futuras pesquisas. Vale nesse sentido, indicar que a revisão narrativa, de acordo com Edna Rother (2007), é uma revisão da literatura que oferece uma visão geral e síntese de um tema, sem estabelecer uma metodologia rigorosa. Ela serve para contextualizar o conhecimento existente, discutir diferentes perspectivas a partir de uma literatura selecionada.

Essas reflexões são particularmente relevantes para a Ciência da Informação, especialmente em um momento em que diversos estudos têm se dedicado a debater questões de gênero, raça e

¹ As reflexões teóricas empreendidas neste escrito resultam do desenvolvimento da tese de uma das autoras deste estudo.

classe. Nesse contexto, a compreensão das construções teóricas desenvolvidas pelas feministas e a identificação de possíveis conexões com os objetos e fenômenos estudados na Ciência da Informação representam contribuições significativas para os estudos informacionais de gênero.

2 O FEMINISMO MARXISTA E A NOÇÃO DE REPRODUÇÃO DA VIDA

A opressão sobre a mulher está presente na sociedade a tempo suficiente para que sua origem não seja facilmente identificada. Frequentemente, o senso comum considera que essa condição de opressão é imanente ao desenvolvimento da raça humana, ou seja, sempre esteve presente na evolução da espécie. Ao contrário disso, Saffioti (2013) argumenta que, em distintos períodos históricos, os papéis desempenhados por cada uma das categorias de sexo foram diferentes. A autora destaca então que o surgimento e consolidação do modo de produção capitalista, vai progressivamente empurrando a mulher para a vida doméstica, marginalizando-a do sistema de produção. No entanto, a sociedade não renuncia ao trabalho das mulheres, da classe trabalhadora, “muito ao contrário, a inferiorização social de que tinha sido alvo a mulher desde séculos vai favorecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial.” (Saffioti, 2013, p. 67). Nesse sentido, a divisão do trabalho entre homens e mulheres, se forja em uma separação sistêmica entre dois trabalhos necessários para manutenção da vida – o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo. No que tange a essa divisão, ela se dá tanto na esfera privada, onde homens e mulheres assumem responsabilidades distintas, como também na esfera pública.

Saffioti (2016) reflete que a divisão entre esfera produtiva e reprodutiva, através da categoria sexual, encontra-se na base da subordinação da mulher ao homem, visto que esse fenômeno localiza a reprodução como subordinado da produção. Tendo isso em mente, a autora evidencia que as relações sociais de produção não se limitam ao contexto do trabalho “público”, estendendo-se para o âmbito “privado” das relações sociais de reprodução. Da mesma forma, as relações de reprodução ultrapassam o espaço “privado” do lar e exercem forte influência sobre a esfera da produção “pública”. Para Maria Betânia Ávila (2003), a separação destas duas esferas da vida é percebida como um desequilíbrio, não só no que tange à questão de gênero, mas também de raça e classe, e até mesmo no estabelecimento daquilo que tem mais valor para a existência humana. Essa hierarquização da produção como lugar superior à reprodução, que se manifesta apenas a serviço do primeiro, implica direta e dialeticamente na dicotomia entre o que é público e o que é privado.

Saffioti (1987, 2016) evidencia que o que tem sido tratado como um sistema de dominação social, cultural, político e econômico, na verdade é um sistema que apresenta tripla dimensão: o

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

patriarcado, o racismo e o capitalismo. A autora denomina esse sistema dimensional como patriarcal-racista-capitalista, pois conforme argumenta, o patriarcado não pode ser considerado apenas um sistema de dominação, cujo modelo é a ideologia machista, “[...] mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico.” (Saffioti, 1987, p. 50).

Saffioti (2016) argumenta sobre esse debate a partir de Marx e Engels, onde eles situam que a “[...] produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla, de um lado, como relação natural, de outro como relação social, social no sentido de que por ela se entende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo e a finalidade.” (Marx; Engels, 2007, p. 34). A autora argumenta que, para Marx e Engels, assim como para a tradição marxista, a vida envolve tanto a produção material, ou seja, os meios de subsistência necessários para satisfazer as necessidades humanas, quanto a reprodução dos aspectos sociais dessa mesma vida.

Para Saffioti (2016), esse debate vai além das questões puramente materiais, abrangendo as relações sociais, uma vez que a força produtiva é compreendida a partir do duplo caráter de produzir a vida, ou seja, “[...] a relação dos homens com a natureza e a relação dos homens entre si. Logo, as representações que os homens fazem do seu modo de produzir a vida funcionam também como forças propulsoras da produção da vida.” (Saffioti, 2016, local 3). Para a autora não há uma hierarquização da produção sobre a reprodução, visto que ambas apresentam uma dupla dimensão: natural e social. Apesar de a produção e reprodução parecerem separadas em aparência, em essência Saffioti entende que elas não se separam. Para ela, patriarcado e capitalismo compreendem duas faces de um mesmo modo de produzir e reproduzir a vida.

Podemos refletir que as relações de exploração imanentes ao sistema capitalista potencializam e se sustentam nas opressões sofridas por populações marginalizadas. A compreensão de tais relações é essencial para estabelecer uma visão ampla do papel da informação nesse contexto. Isto porque, para entender a produção, organização, compartilhamento e apropriação da informação e sua relação com a história de luta das mulheres, é preciso primeiro apreender que assim como os demais aspectos educacionais, culturais e ideológicos, a informação é produzida e compartilhada em um sistema que privilegia o acesso de determinados grupos e que se beneficia da negligência informacional com outros.

A partir da teoria feminista marxista, podemos realizar uma divisão didática de dois aspectos centrais sobre a opressão das mulheres. O primeiro, se refere às questões estruturais ligadas

diretamente ao processo de exploração e expropriação, enquanto categoria que desempenha funções específicas na sociedade capitalista. O segundo remete aos aspectos ideológicos, culturais, simbólicos e psicossociais que permeiam a formação do imaginário social estabelecendo papéis, *a priori*, cumpridos pelas diferentes categorias de sexo, e que agem para a manutenção das estruturas materiais. O papel do conhecimento na interação desses dois aspectos é a questão que elaboramos na seção seguinte.

3 CONHECIMENTO, QUE PAPEL CUMPRE EM UMA TEORIA FEMINISTA MARXISTA?

O ponto de destaque em uma Teoria Feminista Marxista é que o trabalho figura como central quando estamos refletindo acerca da opressão das mulheres. Entendemos que essa é a categoria fundante que interpela uma compreensão marxista da realidade e ponderamos que a estrutura social, cujas relações dialéticas são mantidas com o modo de produção, dão ao conhecimento características específicas. Neste contexto, o conhecimento pode ser entendido como o acúmulo social e coletivo daquilo que a sociedade aprendeu durante o desenvolvimento de sua história, e que são sistematizados e ordenados para dar condições de acesso aos novos indivíduos.

Refletimos, com base em Shera (1972), que individualmente o processo de conhecer faz parte do desenvolvimento humano, e permite aos sujeitos lembrar e ordenar sua experiência, e a partir disso projetar inferências do futuro. Em um nível coletivo, o conhecimento é usado por cada grupo humano para abstrair dados dessas experiências e usá-los para orientar aspectos sociais e coletivos. O conhecimento, como compreendido pela Epistemologia Social, se apresenta como um movimento social que constrói em cada sujeito a compreensão daquilo que entendemos como sociedade. Dito isso, este acúmulo conceitual desenvolvido pela sociedade, é a forma mais avançada de conhecimento e entendimento da realidade.

Como identificado, aspectos ideológicos, culturais, simbólicos e psicossociais permeiam a formação do imaginário social, estabelecendo papéis predefinidos para mulheres e homens, e atuando na manutenção das estruturas materiais. Entendemos essas ideias como frutos da consciência humana e, que não existem de forma isolada; elas são moldadas pelas relações sociais, que são concretas e historicamente determinadas, influenciando a consciência dos indivíduos, seu conhecimento, suas concepções de mundo, entre outros aspectos, e não o contrário. Cátia Guimarães (2023) complementa que, para Marx e Engels (2007), se as ideias de cada época refletem as relações sociais vigentes e a sociedade capitalista é estruturada por uma divisão em classes, então os valores e concepções dominantes são aqueles que prevalecem e se manifestam na vida social.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

No modo de produção vigente, a informação e o conhecimento são negados a setores específicos da população, e essa realidade não é diferente no caso das mulheres. Seu papel submisso no processo produtivo, a desvalorização do trabalho reprodutivo e do cuidado, e a hegemonia das estruturas patriarcais tornam ainda mais difícil o acesso das mulheres aos acúmulos culturais, filosóficos e científicos da humanidade. Interpretamos que esse desequilíbrio é fruto da organização de um modelo capitalista, racista e patriarcal, onde a manutenção da desigualdade informacional, cultural e econômica das mulheres assegura o sucesso dos processos de acumulação de capital, por meio da expropriação do trabalho.

Ao considerar o conhecimento como um acúmulo coletivo de fatos, teorias e cultura, que, por meio de processos ordenados e estruturados, estabelece valores e molda os sujeitos, é possível traçar um paralelo com a concepção marxiana de conhecimento. Para Marx (2011), o conhecimento é parte essencial do processo de apropriação e objetivação da realidade. Ele argumenta que a principal forma de objetivação do ser social ocorre por meio do trabalho, entendido inicialmente como a modificação da natureza para a subsistência da espécie humana. A cada ação, esse processo gera transformações tanto no ambiente quanto no próprio ser humano. Marx e Engels (2007, p. 39-40) afirmam que “[...] o primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação dessas necessidades. [...] satisfeita essa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades - esta produção de novas necessidades é o primeiro ato histórico.”

Para Newton Duarte (2008), a noção dialética entre objetivação e apropriação sintetiza a dinâmica essencial do trabalho e, conseqüentemente, da produção e reprodução da cultura humana, transmitida por registros tangíveis e intangíveis do conhecimento. Nesse sentido, “[...] o ser humano produz uma realidade objetiva que passa a ser portadora de características humanas, pois adquire traços socioculturais, acumulando-se a atividade de gerações de seres humanos.” Esse processo gera novas necessidades de apropriação, que vão além da natureza e abrangem também os “[...] produtos culturais da atividade humana, isto é, apropriação das objetivações do gênero humano.” (Duarte, 2008, p. 24).

Ao objetivar o mundo, os seres humanos também se constroem, pois, ao transformar a realidade, a humanidade também transforma a si mesma, adquire novos conhecimentos e se desenvolve. Essa nova realidade, que é objetiva, mas também subjetiva, faz com que surjam novas necessidades e condições de resolução, impulsionando o indivíduo a desenvolver novas prévias-ideações, que se seguirão a novas objetivações, que darão origem a novas situações e assim o mundo e os seres humanos vão se fazendo. O resultado da objetivação está sempre relacionado a

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

uma transformação da realidade. Toda objetivação gera novas condições reais, pois a realidade não permanece a mesma, tendo sido transformada; ao mesmo tempo, os seres humanos também se modificam, uma vez que aprendem com essa ação. Assim, é apenas a partir dessa nova realidade objetivada que a consciência humana se altera, permitindo a formulação de novas abstrações. (Lessa; Tonet, 2011).

Evidenciamos, que os processos de conhecimento estão sempre, em alguma medida, ancorados em questões materiais. Na mesma medida, a consciência e a apropriação da realidade, em seus diversos condicionantes, constituem a força motriz que organiza a ação humana na objetivação de uma nova realidade. Nestas condições, sempre há uma relação entre objetivação e apropriação, que se realiza em condições determinadas pela realidade. Entendemos que nenhum indivíduo pode se objetivar sem a apropriação das objetivações existentes antes dele.

Mirla Cisne (2013, p. 55) complementa que “Não devemos, portanto, compreender a consciência como algo apenas subjetivo, tampouco, apenas como uma introjeção do mundo objetivo, mas como uma síntese das relações estabelecidas entre o indivíduo e a sociedade.” A proposição da autora lança mão de um argumento dialético, pois na mesma medida que nos apropriamos de todas as condições culturais, filosóficas e científicas antes de nós, é na apropriação desses aspectos que construímos os processos para uma nova objetivação.

Assim a consciência, entendida como resultado da relação entre indivíduo e sociedade, aproxima-se da ideia de conhecimento na Epistemologia Social, que o compreende como fenômeno coletivo e historicamente mediado. Ao nos apropriarmos dos registros culturais e sociais acumulados, participamos de um processo contínuo de resignificação da realidade. Desta forma, só se pode propor um mundo cujas estruturas são outras, na apropriação/superação constante das estruturas sociais vigentes. Indicamos que só é possível criar uma superação das estruturas de produção e exploração capitalista, ao objetivar essas novas condições sociais por meio da apropriação e formação da consciência.

Sobre o conhecimento neste contexto, ponderamos que este, enquanto resultado da atividade teórica, transforma nossa concepção do mundo, mas não altera diretamente ou imediatamente nada concreto. Por si só, a teoria, seja neste contexto ou em qualquer outro, não modifica o mundo. Ela pode contribuir para a sua transformação, mas para isso é necessário que vá além de si mesma e, em primeiro lugar, seja assimilada por aqueles que serão agentes da mudança. Assim, uma teoria se torna prática na medida em que concretiza, por meio de uma série de mediações, o que antes existia apenas de forma ideal, como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação, a isso damos o nome de práxis (Vázquez, 1977).

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

A práxis é entendida assim como uma atividade material, transformadora e orientada a objetivação. Na mesma medida, a atividade teórica não se materializa, portanto, é puramente espiritual. Ao analisarmos as compreensões de apropriação e objetivação mencionadas, não existe a práxis como uma atividade puramente material, sem a produção da atividade teórica. Nessa medida, a práxis se dá na relação permanente entre teoria e prática, de forma tal que também não podem se desenvolver isoladamente. É na apropriação das objetivações, aqui entendido como conhecimento, que transformamos o mundo. Não porque o conhecimento detém o poder de mudar a realidade, mas porque só em uma relação dialética entre teoria e prática é que podemos objetivar uma nova realidade, que apesar de produzida pela consciência humana, só se completa ao mudar o mundo material, ou seja, na alteração daquilo que estrutura nossa totalidade social, que para nós aqui trata-se do modo de produção e reprodução da vida.

Para Adolfo Sanchez Vázquez (1977) entre teoria e prática encontra-se um trabalho de educação das consciências, organização dos meios materiais e elaboração de planos concretos de ação, essenciais para o desenvolvimento de ações reais e efetivas. Relacionamos aqui esse processo com conceitos que permeiam a noção de conhecimento para a Epistemologia Social, entendendo, que este assume papel central no estabelecimento da práxis, ao dispor das objetivações que permitem a apropriação e transformação da realidade.

Assim, entendemos que da perspectiva do marxismo e, conseqüentemente, do feminismo marxista, o conhecimento não têm a condição de transformar por si só a realidade, mas pode antes disso promover aos seres humanos acesso a todo o acumulado histórico, artístico e filosófico, que os permitem compreender esta realidade e, a partir disso, transformá-la. Desta maneira, as mudanças culturais e simbólicas, mediadas pelo conhecimento, podem contribuir para o enfrentamento ao sistema patriarcal, sem perder de vista que esse sistema incide e é indissociável de um sistema capitalista, cuja exploração e expropriação do trabalho da mulher são fatores essenciais ao seu pleno desenvolvimento. Compreendidas tais questões, identificamos que é no processo de conscientização das mulheres que o conhecimento pode se apresentar como aspecto relevante, que contribua para o enfrentamento às desigualdades de gênero e às limitações sexuais impostas por esse sistema.

Esse movimento de conscientização, ao promover o acesso das mulheres ao conhecimento sobre sua condição histórica e social, possibilita a organização coletiva e a reivindicação de direitos, o que enfraquece as bases ideológicas e materiais da exploração capitalista. Ao questionar e resistir à naturalização da divisão sexual do trabalho, o saber emancipador contribui para desestabilizar a lógica produtiva que depende da subordinação de sujeitos historicamente marginalizados em razão

de seu gênero, desafiando diretamente os pilares que sustentam a reprodução do capitalismo patriarcal.

4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Isto posto, compreendemos que o conhecimento, em uma teoria feminista marxista, assume um papel estratégico na luta contra a opressão e exploração das mulheres, articulando os aspectos materiais e ideológicos da realidade. Ao retomarmos a questão “Que papel cumpre o conhecimento em uma teoria feminista marxista?”, foi possível responder que o conhecimento, longe de ser um elemento neutro ou secundário, opera como força ativa na reprodução ou superação das condições sociais. Ele participa da manutenção da hegemonia, ao moldar consciências segundo os interesses dominantes, mas também se apresenta como ferramenta de transformação, quando apropriado criticamente pelas classes e sujeitos oprimidos. Assim, o conhecimento cumpre uma dupla função: ele revela os mecanismos estruturais que organizam a exploração patriarcal-capitalista e, ao mesmo tempo, oferece subsídios para a construção de uma consciência emancipadora capaz de objetivar novas formas de vida social.

Em uma leitura feminista marxista da realidade, o conhecimento atinge um caráter específico, de garantir as formas de apropriação e objetivação do real, desvelando os seres humanos daquilo que aliena sua consciência da realidade, e permitindo que com isso possam objetivar um novo mundo. Sendo então as mudanças materiais essenciais nesta teoria, as práticas no contexto informacional cumprem justamente o papel de desvelar onde sedimenta-se a exploração das mulheres, e com isso dar-lhes as condições teóricas, políticas, científicas, culturais, filosóficas, artísticas, etc., de idear e objetivar um mundo novo onde a divisão social do trabalho, seja ela sexual ou não, não mais exista.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, M. B. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para a política de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, sup. 2, p. 465-469, 2003.

CISNE, M. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil**. 2013. 408 f. Tese (Doutorado em Política Social e Trabalho) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

DUARTE, N. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?** quatro ensaios críticos-dialéticos em filosofia da educação. Campinas: Autores associados, 2008.

EGAN, M. E.; SHERA, J. H. Foundations of a theory of bibliography. **The Library Quarterly**, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 125-137, 1952.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

GUIMARÃES, C. Hegemonia, senso comum e ideologia: contribuições do marxismo para o debate sobre desinformação e 'pós-verdade'. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**, São Cristovão, v. 25, n. 2, p. 185-207, 2023.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARTINS, A. A. L. **Informação e movimentos sociais sob a perspectiva do campo social da Ciência da Informação**: uma análise a partir da marcha das vadias. 2015. 174f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857 – 1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, 2007.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H. I. B. Patriarcado-capitalismo: Heleieth Saffioti a partir de "A Ideologia Alemã". **LavraPalavra**, 12 fev. 2016.

SHERA, J. H. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-12, jun. 1977.

SHERA, J. H. **The foundations of education for librarianship**. New York: Becker-Hayes, 1972.

SILVA, J. L. C. **Múltiplas interlocuções da informação no campo da Ciência da Informação no âmbito dos fundamentos técnico-pragmáticos, humanos e científicos**. 2014. 490 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 454 p.

ZETKIN, Clara. What the women owe to Karl Marx. In: ZETKIN, Clara. **Selected writings**. Chicago: Haymarket Books, 2015. p. 51